

## **ORGANICIDADE, LIDERANÇAS E PRÁTICAS DE MOBILIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO RIO GRANDE DO SUL (1960-1964): NOTAS INICIAIS DE PESQUISA**

BÁRBARA DE LA ROSA ELIA<sup>1</sup>; ALESSANDRA GASPAROTTO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – [barbaradelarosaelia@gmail.com](mailto:barbaradelarosaelia@gmail.com)*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – [sanagasparotto@gmail.com](mailto:sanagasparotto@gmail.com)*

### **1. INTRODUÇÃO**

Em 1960 no município Encruzilhada do Sul, é fundado pelo então prefeito Milton Serres Rodrigues, o primeiro núcleo do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master), a partir da luta pelo direito de permanência de 300 famílias de posseiros, que naquele momento estavam sendo ameaçadas de destituição de uma área trabalhada por eles há mais de cinquenta anos (ECKERT, 1984). A partir daí o Master passa a pautar pela organização de associações de sem-terra nos municípios do interior, além de uma associação estadual centralizada por ele. Dessa forma, o movimento ganha corpo para se somar à luta pela Reforma Agrária, intensamente mobilizada em todo o Brasil. Ao que tange o RS neste contexto de disputas pela terra, cabe lembrar que o Master conviveu com duas gestões diferentes, onde ora o poder público o apoia, com destaque ao governo de Leonel Brizola, ora incide contra, a partir das práticas aferidas no governo de Ildo Meneghetti. Ou seja, se em um primeiro momento (1960-1962), o Master se beneficia com uma série de ações e políticas governamentais que tentam estimular uma reforma agrária em certa medida; após o fim do mandato de Brizola, e por conseguinte a posse de Meneghetti, entre os anos de 1963 e 1964, organizar a luta pela terra torna-se mais difícil, pois as arbitrariedades do governo acabaram por restringir medidas de segurança e qualquer apoio efetivo ao movimento organizado.

Em 1964 com o golpe civil-militar, é desarticulado, deixando, contudo, um saldo de acúmulos de experiências e saberes, com destaque para realização de acampamentos acompanhada de uma progressiva radicalização de suas ações. Assim, o presente trabalho pretende apresentar algumas reflexões acerca da investigação que desenvolvo sobre a história do Master, que está inserida no Projeto de Pesquisa “Memórias Brasileiras- Conflitos Sociais”, vinculado a CAPES. Também tendo como objetivo a ampliação do debate acerca da trajetória e estrutura do movimento, de modo a problematizar algumas questões suscitadas pelas fontes da pesquisa, além de se propor a analisar o espectro de representação do Master, sua base de sustentação, isto é, a organização dos camponeses, que se dava principalmente em âmbito local, através dos sindicatos e Associações de Agricultores Sem-Terra.

### **2. METODOLOGIA**

Este trabalho busca apresentar algumas notas de pesquisa produzidas acerca do Movimento por meio de uma revisão bibliográfica aferida a partir de duas obras da autora Córdula Eckert. Outro procedimento a fundamentar o trabalho será a análise do documento “Prestamos contas aos trabalhadores e camponeses”, emitido pela SUPRA. Este apresenta-se como anexo de um processo judicial que visava diagnosticar o caráter subversivo de uma associação municipal, e pode ser encontrado no acervo online do Projeto Brasil Nunca Mais. Desta forma, ainda que seja um documento que aos olhos do aparato repressivo

estaria a simbolizar as ações incabíveis para aquela ordem, ele têm a potencialidade de mostrar as relações e micro-relações presentes no cotidiano, possibilitando analisar a representação do Master e a conjuntura que o cercava.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pauta da reforma agrária eclodiu de maneira significativa no período que antecede ao Golpe civil-militar, tendo sido sua idealização profusamente disputada pelos mais diversos setores da sociedade, que se encarregaram de atribuir características específicas aos respectivos projetos. Assim, a partir de uma conjuntura estadual altamente dependente do setor agropecuário e de crescente concentração de terras, o RS não pôde deixar de evidenciar a questão agrária como um dos eixos centrais de dominação e acumulação de riquezas no país, além de demonstrar contradições que tiveram como consequência o questionamento advindo de um campesinato então, excluído de direitos muitas vezes há muito já conquistados no meio urbano.

Posto tais demandas e conjuntura, no estado, a partir de 1960, Master ascende de forma central, com características específicas e acúmulo de experiências advinda de momentos anteriores, possibilitadas principalmente por sindicatos pcbistas já em extinção. Segundo ECKERT (1984) seu lançamento se dá na cidade de Encruzilhada do Sul, por iniciativa do então prefeito Milton Serres (PTB), Paulo Schilling (na ocasião, superintendente da fronteira do sudoeste) e Ruy Ramos (na época deputado federal pelo PTB). Os vínculos iniciais para com o Partido Trabalhista Brasileiro, o mesmo de Brizola, poderia sugerir ligação direta com o governador, no entanto, ainda segundo a autora, tal argumento pode ser refutado a partir do apontamento de que mesmo o Master tendo emergido em um momento onde o governo o apoia e estimula, tem autonomia e engajamento que o mantém após 1963, quando sofre intensa repressão no governo de Ildo Meneghetti.

Nota-se também que dentro do próprio Master a atribuição de uma completa hegemonia seria equivocada. As diferentes perspectivas políticas dos partidos a compô-lo seria um exemplo da difícil conciliação permanente. Na tentativa de colocar publicamente a causa, Brizola tendia a rejeitar a vertente comunista ali atuante. Neste sentido, uma reforma agrária ancorada na legalidade, não poderia se mostrar violenta, de forma que, ao menos inicialmente, a bandeira estava a primar por “terra pertencente a quem a trata e nela trabalha”, diferenciando-se do “reforma agrária na lei ou na marra”, tal como vislumbravam os setores mais ligados ao PCB e/ou as Ligas Camponesas.

Há ainda que o PCB não perde por completo o espaço dentro das reivindicações por reforma agrária no estado. A busca por hegemonia em torno da pauta, fortalecida então pelo Congresso de Belo Horizonte – que reuniu centenas de entidades e associações camponesas em novembro de 1961 – marca a adesão do referido partido ao Master.

Além disso, torna-se necessário pensar o Movimento a partir do micro-espaço – associações municipais – para compor o todo organizativo. E como expressão da potencialidade do poder local está o seguinte apontamento: “algumas tentativas de acampamentos, não foram resultado de planejamento prévio com a participação do governo do estado, mas resultado de iniciativas das próprias associações”. (ECKERT, 2009, p. 80)

Seria inviável relatar aqui todas as lideranças associativas ou sindicais, contudo, seu alcance entre os municípios pode ser vislumbrado a partir dos dados coletados por ECKERT (2009) nos periódicos *Terra Livre* e *Última Hora*: já em

agosto de 1961, o Master organiza 6 caravanas, que percorreram 48 municípios do estado, a fim de consolidar a Comissão Organizadora do I Congresso dos Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul. Meses depois, durante os dias 15 e 16 de novembro de 1961, aconteceria o Congresso de Belo Horizonte, no qual estavam a representá-lo, 31 delegados advindos de 33 associações de sem-terra. Este Congresso parece ter movimentado os esforços não só em formações preparatórias, mas também conferiu potencialidade a toda luta pela reforma agrária. Sendo assim, não é por acaso a elevada presença de 150 Associações de Sem-Terra e Uniões de Agricultores Sem-Terra durante o I Encontro Camponês Estadual, convocado pelo Master, em 31 de março e 1o de abril de 1962. (ECKERT, 2009, p. 74 e 81).

De 15 a 17 de dezembro de 1962, realiza-se o I Congresso do Master, com a presença de 72 delegados e 28 representantes do governo estadual, Câmara Municipal, sindicatos urbanos, estudantes, representações de outros estados e Lindolpho Silva, pela ULTAB. Naquele momento, foi redigida uma carta, que entre outras coisas, prestava “apoio e ajuda à criação de sindicatos rurais e incentivo à sindicalização dos trabalhadores rurais”. (ECKERT, 2009, p. 82)

Torna-se de suma relevância a constatação da união entre trabalhadores do campo, trabalhadores da cidade e estudantes, principalmente após a posse de Meneghetti, quando a repressão se intensifica e os movimentos sociais procuram fortalecer-se por meio de alianças. O Master, então, se alia ao Pacto de Unidade e Ação com os operários e estudantes, formando a Aliança Operário-Estudantil-Camponesa.

O princípio desta aliança pode ser observado no documento redigido pelo gabinete de imprensa e relações públicas da delegacia estadual da Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA), criado durante a gestão de Goulart, com o fim último da implementação de projetos de reforma agrária, criando condições políticas e institucionais para a sua aplicação e gerando tensões entre setores mais conservadores. Datado em 2 dezembro de 1963, e intitulado “Prestamos contas aos trabalhadores e camponeses”, o documento relata que uma comissão operário-camponesa-estudantil estava sendo criada a fim de se dirigir até São Borja, e ao presidente da república reivindicar recursos para o órgão da política agrária. Tal comissão foi composta por membros do Conselho Sindical do RS, União Estadual dos Estudantes, Movimento Nacionalista e o Master, sendo este representado por Ary Saldanha (PCB).

Antes de registrarmos a vitória extraordinária que representou esta União, pois às reivindicações foram totalmente atendidas, convém registrar o alto significado da união entre os trabalhadores do campo e da cidade, e ainda os estudantes, pois somente eles, e graças a eles, os desamparados agricultores sem-terras do Estado receberão mais assistência da SUPRA, órgão que tem responsabilidade de assistir-lhes nos momentos mais difíceis. (Brasil Nunca Mais, pasta 64, p. 93)

A partir disto, mais do que uma adesão de um órgão público à luta dos agricultores sem terra, é possível observar uma organização para além do Master sendo fortalecida por entidades representativas do âmbito estadual e também local. Outro ponto a se destacar no documento seria a união (nem sempre orgânica), entre o Movimento Nacionalista, homogeneizado pelo PTB, e o Master, então já composto primadamente pelo PCB quando emitido o relatório.

Neste sentido, a conclusão do documento citado, “Consideramos o auxílio ao Master o mais justo possível, pois trata da entidade que, apesar das inúmeras dificuldades sempre esteve presente no campo, quer fundando entidades e

sindicatos, quer assistindo os desamparados sem terra” já evidencia a potencialidade dos sindicatos assalariados rurais, sindicatos de pequenos produtores e associações municipais, ao que diz respeito a luta diária dos camponeses.

#### 4. CONCLUSÕES

No que se refere às produções acadêmicas, ainda há muitas lacunas a circundar a trajetória do Master, desta forma, às observações presentes aqui são ainda iniciais acerca de um tema tão caro e que deve ser mais amplamente discutido e visibilizado. E a auxiliar para tanto estaria o entendimento que para além das vozes oficiais, tendentes a centralizar as lideranças para com o PTB ou PCB, (partidos estes que de fato estiveram a frente do Master em dado momento, mas de conciliação conflituosa), há ainda de se pensar a importância das relações do movimento social com o estado e com o poder local, sobretudo no papel dos sindicatos e associações municipais, e sem deixar de considerar a dimensão simbólica e prática dos sujeitos sociais diretamente vinculados a ele.

Ainda que, segundo ECKERT (2009), em 1962 houvessem 75 municípios com associações de agricultores sem-terra marcados pela instabilidade e voltados principalmente à função dos acampamentos, a ênfase dada à criação de sindicatos de assalariados rurais e sindicatos de pequenos produtores convergiu para fortalecimento do Master, possibilitando mais aderência no diálogo com os camponeses, e em larga escala, ganhando expressão na luta pela reforma agrária. Desse modo, pensar em organização do movimento social, focalizando também sua atuação frente ao estado e ao poder local, possibilita entender melhor a circularidade de experiências entre o Master em si e os diversos núcleos que o compunha.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Correio do Povo.** Porto Alegre, RS, 1960-1964.

ECKERT, Córdula. O Master e as ocupações de terra no

Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.** São Paulo: Editora UNESP, 2009. Cap.3, p.71-92.

ECKERT, Córdula. **Movimento dos Agricultores sem Terra no Rio Grande do Sul (1960-1964).** 1984. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

GASPAROTTO, Alessandra. **‘Companheiros Ruralistas!’ Mobilização patronal e atuação política da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (1959-1964).** 2016. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Terra Livre.** São Paulo, SP, 1960-1964.

SUPRA. **“Prestamos contas aos trabalhadores e camponeses”.** 1963. Acervo do Projeto Brasil Nunca Mais. Acessado em 28 ago. 2018. Disponível em: [http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB\\_01&PagFis=103826&Pesq=garibaldi](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=103826&Pesq=garibaldi)